

Raizes, diáspora, projeto e circulação

Miguel VALE DE ALMEIDA

ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa
CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia

Pretendo abordar uma lusofonia não estereotípica e, assim, desafiar as ideias feitas circulantes sobre o mundo da língua portuguesa. E faço-o a partir de margens que podem ser centros e de centros que podem ser margens: a saber, judeus brasileiros - portanto lusófonos - descendentes de migrantes e refugiados do leste da Europa, e que se tornaram cidadãos de Israel.

Há dois tipos de lusofonia – ou duas formas de a abordarmos. Uma é eminentemente política, de governança, e a outra é etnográfica. A primeira resulta de um projeto de reconfiguração geoestratégica e de influência cultural promovido pelo estado português no período pós-colonial e pós-adesão à União Europeia, e secundado pelo estado brasileiro no quadro da criação de uma zona de influência no chamado “sul global”. Nesse quadro, as ex-colónias portuguesas participam enquanto estados cuja língua oficial é o português, ainda que coexistindo com outras línguas nacionais ou regionais. A experiência histórica antecedente à criação do conceito, e a desigual economia política e geopolítica contemporâneas, conduzem a um curioso oxímoro, o de um “caleidoscópio assimétrico”, resultante de políticas culturais mutuamente exclusivas entre os estados e criadoras de efeitos locais de hegemonia: Portugal enquanto local de origem, ou raiz, da língua e, portanto - e nas aceções mais nacionalistas e eurocêntricas - seu “proprietário legítimo”; o Brasil enquanto potência mais forte do que Portugal e disputando a influência internacional da sua versão da língua

(e do imaginário que ela transporta); e as ex-colónias africanas – e não poderei entrar aqui nas significativas diferenças entre elas – enquanto realidades pós-coloniais que têm de gerir a herança linguística colonial e conferir-lhe um sentido novo.

A lusofonia, nesta primeira aceção, apenas me interessa enquanto objeto de análise crítica da situação pós-colonial. Interessa-me mais – e esse interesse é, em si mesmo, reflexo e parte daquela crítica – a segunda aceção de lusofonia, a etnográfica. Isto é, a constatação pragmática da existência de um campo comunicacional, identitário, cultural (no sentido antropológico) com uma constituição histórica específica, mas aberto a múltiplos trânsitos e tráficos de pessoas e sentidos que, em última instância, põem em causa a narrativa autorizada da lusofonia política da primeira aceção.

Um dos contextos que permite aceder a esse campo é o das circulações de pessoas. Uso “circulações” para evitar a especificidade de termos como “diáspora”, “migração” ou “deslocamento forçado”. O termo “diáspora” tem sido cada vez mais utilizado para referir as comunidades falantes de português oriundas de qualquer um dos países lusófonos – e, em rigor, de qualquer estado-nação no mundo. No entanto, a noção de comunidades diaspóricas, isto é, comunidades culturais que só existiam na diáspora e nela se definiam, aplicava-se tradicionalmente apenas aos judeus. O termo “migração”, quer antecedido por um “i”, quer por um “e”, surge conotado com processos sobretudo económicos e com a constituição de comunidades culturais vistas como diferentes daquelas dos estados-nação de acolhimento. E a noção de “deslocamento” recobre situações de força maior, de trabalho forçado, de refúgio e asilo, etc. Todas estas noções se organizam em torno de um critério crucial: o de

cidadania/nacionalidade ou falta dela, sua “adequação” cultural ou falta dela. É, ainda, o conceito de estado-nação, vindo do século XVIII e politicamente consolidado a partir do século XIX, que organiza as tipologias e as percepções: a supostamente desejável, e muito policiada, adequação entre (1) origem, raiz ou genealogia, (2) *polity* (o estado-nação), e (3) língua e cultura (num sentido abrangente, podendo incluir religião, etc.). Grande parte da atenção prestada a estes processos é, no fundo, a tentativa de resolução, explicação, ou justificação, do que é percebido como “anomalia”, e como tendencialmente geradora de “problemas sociais”.

Não é por acaso que a figura por excelência, a quintessência da “anomalia”, foi, para o mundo ocidental, euro-americano, a do judeu. O antissemitismo é uma espécie de sintoma da doença das identidades nacionais ou protonacionais, sejam de base religiosa ou etnolinguística. A condição diaspórica por excelência – a expulsão de uma terra e origem a que não se podia voltar - e, depois, a declinação desse facto na ideia de ausência de um estado-nação a onde retornar, criou a figura da exclusão por excelência. Tratava-se e trata-se de exclusão da possibilidade de reclamar raiz e origem na sociedade onde se vive; de ter uma genealogia outra (versada, a partir de uma certa época, na linguagem “racial”); de ter uma “desadequação” cultural e religiosa; e, sempre, a vivência duma cidadania mitigada ou subalterna.

No universo da diáspora judaica vamos encontrar - etnograficamente, lá está - populações lusófonas. A expulsão dos judeus portugueses levou à disseminação de uma lusofonia judaica pela Europa cristã (Países Baixos, Inglaterra, Itália), pelo Império Otomano (Grécia, Turquia, Médio-Oriente), pelo Norte de África (sobretudo Marrocos) e pelas Américas (nordeste do Brasil,

Caraíbas, e Estados Unidos, por via do colonialismo holandês). Ou seja, uma circulação e disseminação lusófona pelo mundo que não correspondeu à expansão ou ao colonialismo portugueses, não correspondeu aos critérios etnocêntricos da ideia de “adequação” (não eram portugueses católicos e, apesar de uma longínqua presença no território português, não eram vistos nem politicamente aceites como podendo reivindicar legitimamente uma portugalidade) e não se constituíram numa *polity* ou estado lusófono. Só recentemente a política de concessão da nacionalidade a descendentes dos expulsos veio, simbolicamente, integrá-los de algum mundo na atual e recente noção de “diáspora portuguesa” que inclui os descendentes de emigrantes portugueses ou de portugueses deslocados à força (como os semi-escravos do *indentured labor* das Caraíbas britânicas ou do Havai).

Mas os judeus lusófonos que aqui abordo não têm relação genealógica com os judeus sefarditas expulsos de Portugal. Pertencem a outra história da diáspora judaica e dos seus *push factors* antissemitas. Tenho vindo a fazer trabalho de campo etnográfico em Israel com uma rede de judeus brasileiros que fizeram *aliyah* (doravante “aliá”) para aquele país. A aliá é a migração (literalmente “ascensão”) de judeus da diáspora para Israel ao abrigo da lei do Retorno que concede a cidadania israelense a todos os judeus que a requeiram. A esmagadora maioria dos meus colaboradores de pesquisa é oriunda de três metrópoles brasileiras – São Paulo, Rio e Porto Alegre. Os seus antepassados chegaram tipicamente ao Brasil em inícios do século XX, ou seja, antes da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, e coincidindo com um período de abertura à imigração por parte do Brasil. As origens são sobretudo asquenazitas, da Rússia, Ucrânia, Lituânia e Polónia. Através dos processos de integração

cultural e linguística próprios da sociedade brasileira – sem que aqui se subscreva nenhuma teoria excecionalista sobre a sociedade brasileira – os bisavós e avós dos meus colaboradores ascenderam às classes médias e profissionais a partir de situações de penúria e refúgio, fugidos que eram de situações de antissemitismo e *pogroms*.

Temos, portanto, um segmento social que se constituiu como lusófono e brasileiro a partir de uma situação diaspórica com uma origem próxima não-lusófona (e uma origem histórica na Palestina, mas vivenciada como mítica e mística). Nesse sentido, os judeus brasileiros poderiam ser facilmente vistos como apenas parte de um fenómeno mais generalizado de migração de populações europeias para a América do Sul nos séculos XIX e XX. No entanto, as razões para a migração impediram a construção imaginada do leste europeu como lugar de origem, como raiz. A própria identidade judaica – colocando o lugar de origem, o que é hoje Israel, ao nível do mitológico e do místico – condicionou essa possibilidade. E a interiorização das narrativas modernas de identidade nacional cidadã e universal, com particular força nas Américas, construiu os antepassados dos meus colaboradores, e eles próprios, em brasileiros.

Foi, no entanto, o triunfo hegemónico das narrativas de estado-nação, da noção mesma de nação e da sua idealizada concordância com cultura, etnicidade, genealogia, religião, território e estado, que justamente lançou as identidades judaicas diaspóricas numa nova crise. Essa crise, propriamente identitária e gerada pelo contexto envolvente, foi acentuada, por um lado, pelos surtos antissemitas na Europa da era dos nacionalismo e das revoluções e, por outro, pela percepção, pelas mesmas razões, de que o processo da *haskalah* (movimento

reformista propugnando a passagem do isolamento etno-religioso para a sociedade envolvente, propiciado também por alterações legislativas que em alguns países europeus concederam a cidadania plena aos judeus) havia falhado – do caso Dreyfus aos pogroms no leste europeu e, depois, à ascensão do nazismo. Foi deste caldo que nasceu o movimento sionista e a sua demanda por um território politicamente judeu. Não cabe aqui entrarmos na narração ou avaliação do processo que levaria à criação do Estado de Israel, mas sim dizer o seguinte: as comunidades judaicas diaspóricas são confrontadas, a partir do sionismo, com uma alternativa mais: a da construção de uma comunidade na Palestina – e, depois, o próprio estado de Israel – como concretização material do que até então fora da ordem do mítico e do místico. O “retorno” passa a ser concretizável.

Frequentando colégios judaicos, participando de atividades do movimento juvenil sionista, aproveitando ofertas de viagens e bolsas do estado de Israel, os meus colaboradores foram confrontados, em determinados momentos das suas vidas, com uma possibilidade: a de serem, além de brasileiros e judeus, também israelenses. A sua subjetividade, já marcada por um grau - maior ou menor, mas sempre existente – de diferença (o judaísmo) face a uma abrangente semelhança (a brasilidade, e uma brasilidade branca e de classe média, um privilégio compensador da diferença) foi reconstruída por influência do sionismo e do estado de Israel. O processo de aliá, apesar de ser retoricamente discursado como “retorno”, não é da mesma ordem que o retorno ao país de origem de pais ou avós que migraram para as Américas. Embora todos esses processos sejam imaginados, no caso de Israel trata-se de uma projeção, da

construção de um projeto de *re-subjetificação* a partir das identificações disponíveis de judeu da diáspora, brasileiro, ou israelense.

Por um lado, a história mitificada do sionismo e do estado de Israel apresenta-se como um espelho da *estória* dos meus colaboradores: a construção de um judeu novo, sem gueto nem subalternização ou pogroms, trocando a atividade religiosa e estudiosa pela atividade braçal, na construção de uma utopia socialista, igualitária e masculinista, num ambiente de pioneirismo, perigo, calor e sensualidade, libertando o judeu histórico das amarras da perseguição, da subalternidade e até da identificação sobretudo religiosa e colocando-o a par dos outros povos na reivindicação de um estado-nação. No processo migratório, sobretudo do tipo da aliá, que tem elementos muito fortes de “renascimento”, pode ver-se a analogia com o próprio sionismo e a construção do estado.

Por outro lado, e porque o período do sionismo pioneiro já passou, a sociedade israelense consolidou-se e modificou-se, e os desenvolvimentos da política regional se tornaram catastróficos, as motivações para aliá são hoje mais complexas e mistas do que no período da formação do estado. Mesmo nos casos em que a motivação é sionista, esta já é feita com o conhecimento de uma situação política complexa, nomeadamente em muitos casos o reconhecimento do drama palestino e até uma vontade de contribuir ativamente para a sua resolução justa, transformando a sociedade e a política israelenses. Mas, havendo ou não motivação sionista, juntam-se outras, próprias da contemporaneidade globalizada das circulações e do seu papel nas subjetividades: escapar à família, procurar emprego, autonomizar-se, fugir de um desgosto amoroso, aventura, escala temporária em Israel para prosseguir para outros destinos, etc.

Por fim, no plano da integração na sociedade israelense, e ao contrário do período da construção do Estado, em que se incentivava e inclusive forçava o *melting pot* – esquecer as origens nacionais, trocar as línguas maternas pelo hebraico, largar o pessimismo e o trauma (inclusive o do Holocausto), mudar nomes próprios e de família, etc. – hoje Israel vive um período de afirmação das origens e histórias familiares, que corresponde, aliás, a divisões muito fortes na sociedade entre diferentes origens (asquenazita, sefardita, *mizrahi*), posicionamentos ideológicos, religiosos e face à situação palestina. Nesse quadro, os meus colaboradores mantêm claramente, ao contrário de gerações anteriores, uma identificação brasileira – linguística, de referências culturais e sensoriais, de sociabilidade e de relação com o país de origem – na qual apostam como diferenciadora quer de outros latino-americanos em Israel (replicando em Israel procedimentos semelhantes aos do Brasil, nomeadamente face aos argentinos), quer dos israelenses de raiz em geral (o equivalente do que seriam “os ingleses” caso se estivesse na Inglaterra), quer de outras segmentações internas na sociedade israelense – sendo que, e porque os meus colaboradores são asquenazitas e de classe média, a sua brasilidade (incluindo a sua língua) não são diminuidoras de estatuto e permitem que eles acedam, também, a uma construção de si como israelenses centrais e não marginais (ao contrário de um judeu etíope negro ou de um judeu *mizrahi* de cultura árabe, por exemplo).

A aparente ambiguidade e incompletude disto tudo não o é: é apenas mais um caso das condições circulantes e globalizadas em que as subjetividades se constroem no tempo e no espaço. Neste caso, um exemplo desafiante para os conceitos recebidos de lusofonia: judeus brasileiros, com raízes no leste da Europa, em Israel.